

Sarney pede união pela abertura

Da sucursal de
BRASÍLIA

A necessidade de confiar na ação do presidente da República, de unidade em torno dele, sem o caráter de cobrança com hora certa, que marcou a atitude assumida pela oposição no episódio da bomba do Riocentro, foi defendida, em entrevista ao Estado, pelo presidente do PDS,

senador José Sarney. "A tarefa do presidente é complexa, entre muitas razões porque deve combater a violência não só em seus efeitos e causas, mas igualmente pela razão de que o terrorismo é uma doença da sociedade moderna", disse Sarney. O fundamental, em sua opinião, é que a Nação saiba que as declarações de repúdio à violência e ao terror

são posições definitivas assumidas pelo presidente João Figueiredo.

O senador negou a existência de quaisquer divergências entre o governo e seu partido, no que diz respeito às reformas eleitorais, reafirmou o desejo comum de uma definição com a urgência que for possível e admitiu que duas tendências já se

delinearam, embora não haja qualquer decisão: a preferência do partido pelas sublegendas para governador e a tendência de que todos os votos proporcionais — vereador, deputados estadual e federal — sejam vinculados.

Para Sarney, a pluralidade partidária e a rotatividade do poder caracterizam um sistema democrático de governo. Ele as-

segurou que é com base nestes pressupostos que o presidente João Figueiredo se inspira para exercer suas funções de chefe do governo. A seu ver, Figueiredo conta com o apoio das Forças Armadas para manter a estabilidade institucional dentro da qual se deverá operar a consolidação democrática que ele prometeu ao País.

Terrorismo é doença

A íntegra da entrevista é a seguinte:

"A oposição considerou a nota do presidente da República uma nota fraca, que não correspondeu ao gesto que ela fez. Isso quer dizer que as mãos estendidas do presidente se fecharam diante do apoio da oposição?"

Não houve nota da presidência da República, houve um comunicado da Secretaria de Imprensa da Presidência de República sobre a audiência que com ele manteve. Os partidos da oposição, num gesto que considero estranho, hipotecaram solidariedade ao presidente na luta contra o terrorismo. Foi uma solidariedade que não tinha cobrança e, por isso mesmo, era um grande gesto. Desde o momento em que essa solidariedade passa a ser uma cobrança e tem sentido político, perde toda a grandeza que marcou a reunião. Nada modifica a posição do presidente. A diretiva máxima de seu projeto político é fazer do país uma democracia. Ele a tem cumprido através de fatos, o projeto político vai andando firmemente, já passamos algumas etapas importantes e vamos ultrapassar as outras.

Não caberia ao presidente uma palavra especial aos presidentes de partidos da oposição, como ele mandou dizer aos senadores, por intermédio do senador Jarbas Passarinho? Nem um "muito obrigado" se ouviu do presidente.

Desde a primeira hora em que ele recebeu a notícia, ainda no Rio de Janeiro, desse gesto de solidariedade, te-

ve oportunidade de demonstrar não só emoção, como também de agradecer. Isso já tinha sido feito.

Mas não agradeceu por intermédio especificamente, de um interlocutor, que era o presidente do PDS.

Eu acho que esse agradecimento ele fez, uma vez que teve oportunidade de dizer que todos os gestos de solidariedade que tinha recebido, tanto dos senadores como dos presidentes de partido, ele os recebia emocionado, e que esses gestos apoiavam a sua determinação de prosseguir no projeto político. O que ele disse é muito importante: o terrorismo é uma doença da sociedade moderna e é de difícil combate, pois, quando cortado, renasce, se bifurca, se multiplica, se exerce sob vários matizes, porque é uma forma de violência política, não a única. O que nós temos de combater é a violência e suas causas. A tarefa do presidente é muito complexa, muito mais do que um gesto dramático, que ele já deu à Nação no discurso de Uberlândia, que é uma posição definitiva.

Quer dizer que ainda que não se chegue, por hipótese, a nenhuma conclusão imediata com relação ao atentado do Riocentro, a abertura não sofre percalços?

Sou otimista. Há um inquérito em andamento que irá apurar responsabilidades. Fatos dessa natureza constituem problemas para o governo, mas eles não prejudicam de maneira alguma o projeto político do presidente.



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Sarney admite que a tendência no PDS é pela sublegenda na eleição para governador de Estado

Partido dirige reforma

O PDS até hoje não sabe o que pensa o governo, o que pensa o general Golbery sobre as reformas eleitorais. Isso é bom ou é mau para o processo político?

Criou-se um certo preconceito de que o autoritarismo não foi superado. Todos querem primeiro saber qual é o pensamento do general Golbery, do Palácio do Planalto, do presidente, quando na realidade, tanto o general Golbery quanto o presidente, desde o princípio da abertura, têm dito que não desejam tomar nenhuma decisão autoritária. Em matéria de natureza política, eles têm dito reiteradas vezes, a todas as lideranças, que encontremos no nosso campo as soluções para os nossos problemas. Nesse sentido, acho que usamos o caminho mais certo que foi o de procurar fazer democraticamente uma legislação que atendesse aos interesses da abertura democrática e das eleições de 1982. Oficialmente, o partido também consultou todas as seções regionais e os nossos correligionários. Estamos elaborando uma decisão democrática, exercendo aquilo que sempre entendemos como democracia interna do partido. Só assim chegaremos a uma conclusão, com uma adesão voluntária e não com uma disciplina resultado de coação.

Se o PDS chegar a uma reforma e se essa reforma não for aceita ou for modificada pelo ponto de vista do presidente ou do general Golbery, quem é que vence?

Essa disputa não existe. Nós, como PDS, é que disputamos as eleições em nome do governo. E o partido do presidente Figueiredo e do general Golbery é o PDS.

Ainda sobre reformas eleitorais, admite-se que a sublegenda seria estendida para as eleições de governador e as coligações partidárias seriam proibidas. Não seria uma aberração a sublegenda e a proibição de coligações no pluripartidarismo?

Não há decisão tomada a respeito. Sublegenda é tema controverso dentro do partido. Temos que analisar o que é sublegenda. Ela nada mais é que a velha tradição brasileira dos partidos regionais que sempre se impuseram aos partidos nacionais. Não conseguimos ainda e estamos fazendo, neste momento, uma tentativa que esperamos seja válida e represente passo importante para a democracia brasileira, que é o partido nacional. A sublegenda constitui-se em partidos regionais que convivem dentro dos partidos nacionais. Por isso, estão muito presentes nessas realidades regionais, e constituem tema apaixonante no momento em que se discute uma legislação eleitoral.

Então, a sublegenda é uma tendência?

É uma tendência forte, quanto à proibição de coligações, acho que esse tem sido um tema que não tem despertado tanta controvérsia quanto a sublegenda, uma vez que já temos dentro da legislação uma permissão de coligação. E o problema de coligação é menos legal do que vontade partidária, pois a lei pode proibir, e os partidos chegarão, na prática, a uma aliança.

Há informações de que uma das principais reformas seria modificar o artigo 152 da Constituição, com uma finalidade específica: para o funcionamento de partidos, não seriam mais cotizados os votos das últimas eleições para a Câmara dos Deputados, e sim os votos das eleições para governador. Isso obrigaria todos os partidos a lançar candidatos a governador e prejudicaria a oposição. Isso está em pauta?

Estou ouvindo pela primeira vez essa hipótese. Jamais pensamos em uma reforma eleitoral destinada exclusivamente a beneficiar o nosso partido.

E a vinculação total de votos, também é uma tendência?

Ouvimos várias sugestões que são coerentes. Se já temos a vinculação de deputado federal com deputado estadual, seria coerente que vereador também fosse vinculado. Mas as eleições majoritárias seriam eleições independentes.

Nessas reformas, vai cogitar-se da alteração do colégio eleitoral para incluir nele os vereadores?

Esse tema não faz parte do núcleo da reforma que nós estamos tratando, que é o de se conseguir compatibilizar legislação eleitoral e realidade das eleições de 82. Não vejo prioridade para esse assunto.

PARTIDOS E CRISE

Uma das críticas que a imprensa tem feito é a de que a sociedade brasileira está inteiramente estrangulada, seja por desemprego, por recessão, por falta de realizações sociais, e que os políticos continuam tratando de uma

política muito pequena, muito particular, muito especial para a classe política. Qual sua opinião?

A classe política tem prestado grandes serviços ao País. Ela foi a ponte entre um sistema de exceção e a busca de um sistema democrático. Graças a isso foi possível ao governo evitar rupturas grandes dentro da sociedade. Essa talvez fosse a prioridade em da ação política que estamos procurando desenvolver. E isso até com muito sacrifício da própria atividade política. Até pode ser possível que um desses sacrifícios seja a falta de oportunidade de se dedicar mais a temas de natureza que digam respeito à sociedade como um todo, do que aquilo que tem sido a preocupação maior de todos nós, que é criar instituições. Esse é o serviço maior que os políticos estão prestando.

A experiência de passado recente mostra que, quando os antiqüíssimos partidos — PSD, UDN, PTB e outros — estavam consolidados, eles foram extintos pelo AI-2. Quando, também, a Arena e o MDB, depois de muito tempo de sofrimento, começaram a ter suas estruturas consolidadas, foram dissolvidos por ato do próprio Congresso. O senhor não acha que há um risco dentro da conjuntura brasileira de que os atuais partidos venham a sofrer o mesmo retrocesso?

Não podemos fazer nenhuma comparação entre o que era um partido há 40 anos atrás e o que é um partido hoje. Um chamado partido moderno, correspondente à segunda revolução industrial que opera a democracia moderna, nada tem a ver com um partido da primeira metade do século. Naquela época, eram facções. Hoje, um partido tem de ser diferente. A experiência brasileira de partido nacional data de 1945. Nunca a tivemos antes, somente partidos regionais. Mesmo tendo sido tentados em 1945, esses partidos nacionais nunca foram realizados. Isto porque os partidos regionais renasciam. O que era o PL? Era o partido do Rio Grande do Sul. O que era o PR? Era um partido de Minas Gerais, do senhor Artur Bernardes. O que era o PSP? Era o partido paulista do senhor Adhemar de Barros. E os grandes partidos eram um aglomerado de partidos regionais, que se juntavam a nível nacional, embora mantendo divisões internas que faziam surgir novos partidos por intermédio das divisões que se verificavam dentro dele.

Chegamos a uma proliferação de legendas de tal natureza que desorganizou o sistema partidário. Acredito, mesmo, que a grande crise de 1964 corresponde a essa crise dos partidos políticos. Eles deixaram de ter condições de operar o poder, de respaldar o poder, de dar estabilidade aos governos. E nesse momento no País, as instituições começaram a entrar em crise. Não faço a mesma análise em relação a Arena e MDB. Esses não eram partidos. Eram, como a própria lei diz, associações que tinham a missão de cumprir dentro de determinado período, aquilo que correspondia aos partidos políticos. A lei de reformulação partidária hoje é muito ambiciosa, porque ela deseja e dá condições para que se possa estabelecer grandes partidos e partidos modernos dentro do País. Mas nós sabemos que a tradição é muito forte, os costumes são muito arraigados. Nós vamos ter dificuldades. Não se pode do dia para a noite querer vencer costumes que já estão sedimentados há muito tempo. Até porque temos um tipo de votação que é o voto proporcional, que todos aqueles que estudam os sistemas eleitorais afirmam ser proliferador de partidos. E a multiplicidade de partido quase sempre leva à desestabilização do sistema institucional, o que se refere à estabilidade do poder.

A nossa legislação tem procurado compatibilizar essas duas coisas. Uma delas é essa restrição que a Constituição faz com a camisa-de-força de evitar a proliferação de partidos, não que ela não seja resultado da dinâmica política, mas sim porque a lei evita que eles se formem. Na realidade, temos um sistema doutrinário que leva à multiplicidade de partidos, que está detido por uma exigência de natureza legal.

Por isso mesmo é que acho que em relação a esses partidos não podem ocorrer — nem ocorrem as circunstâncias existentes em relação aos anteriores, porque são realidades inteiramente diferentes. E aí está o ponto principal. A sociedade brasileira tem de se conscientizar de que só através de partidos políticos, e de partidos políticos que sejam fortes, ela poderá resolver seus problemas institucionais. Temos de criar os partidos e dentro deles exercer a atividade política, e não por meio de outros grupos de pressão.

Governo aceita alternância no poder

Parece que há um estrangulamento nesse processo, de vez que a sociedade civil, em suas grandes linhas, elege os partidos políticos como seus instrumentos de participação e de representação, mas talvez não seja necessariamente esse o pensamento da sociedade militar. Isso poderia causar uma ruptura entre esses dois pratos da balança, com reflexos delicados no equilíbrio de poder.

Não devemos fazer nenhuma separação. Na doutrina da Escola Superior de Guerra está escrito que o poder político é a síntese de todos os poderes. Acredito que as Forças Armadas não têm uma vocação caudillesca, ao contrário. Ao longo da História do Brasil elas têm tido uma participação justamente nos momentos de crise, em que a sociedade se desestabiliza. Elas têm procurado participar como uma força estabilizadora, mas nunca no sentido de que tenham por doutrina, por objetivo, o exercício do poder. Estamos vendo, neste instante, que, depois da Revolução de 1964, as Forças Armadas deixam e têm procurado encontrar o sentido da abertura política. Evidentemente, o movimento de 1964 foi um movimento político-militar. Em primeiro lugar, foi um movimento político contra a anarquia, contra o caos que existia no País. Houve uma aliança dos políticos com as Forças Armadas para isso. Em 1968, por causa dos problemas que surgiram — foi uma década de convulsão no mundo inteiro —, o processo passou a ser mais militar do que político. Havia o problema da segurança que era desestabilizador da sociedade. Mas vamos verificar que, passada essa fase de 68/73, houve um desengajamento progressivo que se vem processando. Jamais poderemos atribuir às Forças Armadas o desejo de serem elas geradoras de poder.

O senhor compartilha da tese de que nessa missão elevada de estabilizar as instituições nacionais nos momentos

de crise, as Forças Armadas frequentemente exercem uma função intervencionista e, em outros momentos, uma função tutelar sobre o processo político? E com isso a própria dinâmica natural dos partidos políticos, como símbolos de representação da vontade popular, se enfraquece?

Como tive oportunidade de dizer, os partidos políticos do Brasil nunca conseguiram ser partidos políticos. Sempre foram sociedades civis que alistavam candidatos e puniam algumas pessoas idealistas em determinado tempo e com objetivos comuns, sustentados por determinados objetivos ou determinados interesses, por mais legítimos que eles fossem dentro da sociedade. Mas o mundo mudou totalmente. Não se pode comparar sociedade de hoje com a que viveu os problemas políticos do tempo d'empério, do tempo da 1ª República, como os que estamos vivendo neste momento. Nos países da América Latina, do Breixo Mundo, o processo intervencionista sempre foi mais acentuado. No caso brasileiro, temos um dado positivo. É que essas Forças Armadas, nos momentos decisivos, exerceram uma função política não caudillesca, porque, graças a essa vocação histórica das Forças Armadas no Brasil, foi possível a unidade nacional, e depois manteve este País unido e chegamos ao ponto oitavo colocado no mundo em Produto Interno Bruto.

Hoje se questiona muito a validade da doutrina de segurança nacional, nos termos em que ela é concebida pela Escola Superior de Guerra, isto é, os objetivos nacionais permanentes e sobretudo a maneira pela qual se procura assegurar sua implantação.

Eu acho que a doutrina da Escola Superior de Guerra não é rígida. É uma doutrina que tem que ser reciclada a cada dia, e por isso mesmo, a cada dia, ela tem que se adaptar à própria realidade política do País. Mas todo país tem que ter uma doutrina de segurança

nacional. Até mesmo porque, se ele não tivesse, seria o domínio da anarquia.

Na formulação dessa doutrina, as linhas mais expressivas da sociedade civil não são ouvidas, não é exato?

Basta afirmar que na doutrina da Escola Superior de Guerra o poder político é a síntese de todos os outros poderes, para dizer que isso não existe... Com relação às bombas, o senhor acha que elas foram lançadas contra as eleições de 1982?

Nós vamos chegar às eleições de 82 e consolidar, cada vez mais, o processo político. É claro que teremos de enfrentar resistências. Não sei quais são as motivações que podem existir para fatos dessa natureza, mas acho que eles, embora constituindo um problema, são incapazes de deter o processo de aprimoramento das instituições do País.

O PDS, como partido do governo, aceita o princípio da alternância no poder?

Não há democracia sem partidos políticos e sem alternância no poder. Esse é um resumo do que é democracia. Há aquela frase de Churchill de que democracia é o regime onde, ao se ouvir a campanha pela manhã, sabe-se que é o leiteiro. Cocteau dizia que não há amor, mas prova de amor. E agora, com a eleição de Mitterrand, Touraine aproveitou para dizer que ele já havia dito isso num livro, ou seja, que não há socialismo, mas prova de socialismo. Então, poderíamos dizer que as provas de democracia são a pluralidade de partidos e a alternância no poder. Primeiro, porque a pluralidade partidária exclui a existência do partido único. Segundo, a alternância no poder é uma decorrência da pluralidade partidária.

O PDS pensa assim, mas será que o governo também admite a alternância no poder?

Quando o governo fala em democracia, evidentemente está pensando nisso. Acho até uma ofensa pensar-se que o governo não pensa assim.